PUBLICIDADE LEGAL

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

COMPANHIA FECHADA

CNPJ/MF n.º 94.845.674/0001-30 NIRE n.º 43-3-0000283 7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração da **Refinaria Petróleo Riograndense S.A.**, pelo presente, convoca os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") da **Refinaria de Petróleo Riograndense S/A ("Companhia")**, que se realizará no dia 30 de abril de 2026, às 09 horas, na modalidade **exclusivamente digital**, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação aplicável e, apenas para fins legais, na sede social da Companhia, situada na Rua Engenheiro Heitor Amaro Barcellos, n.º 551, na Cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do dia:**

1) Exame, discussão e votação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras e do balanço patrimonial, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, e deliberação sobre destinação de resultados; e
2) Fixação do montante de remuneração global anual para os administradores da Companhia;

Participação na Assembleia:

A Assembleia acontecerá de forma exclusivamente digital, mediante participação e votação à distância, através da plataforma Microsoft Teams, conforme autorizado pela Lei nº 6.404/76, art. 124, §2º-A, e observado o regulamento disposto na IN 81/2020-DREI. Todas as orientações necessárias para acesso, participação, e votação à distância estarão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: **http://www.refinariariograndense.com.br/uploads/demonstrativo_arquivo/InstrucaoAGO_2026.pdf**.

Os Acionistas, para participarem da presente Assembleia, poderão apresentar documento de identificação e extrato emitido em até 02 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

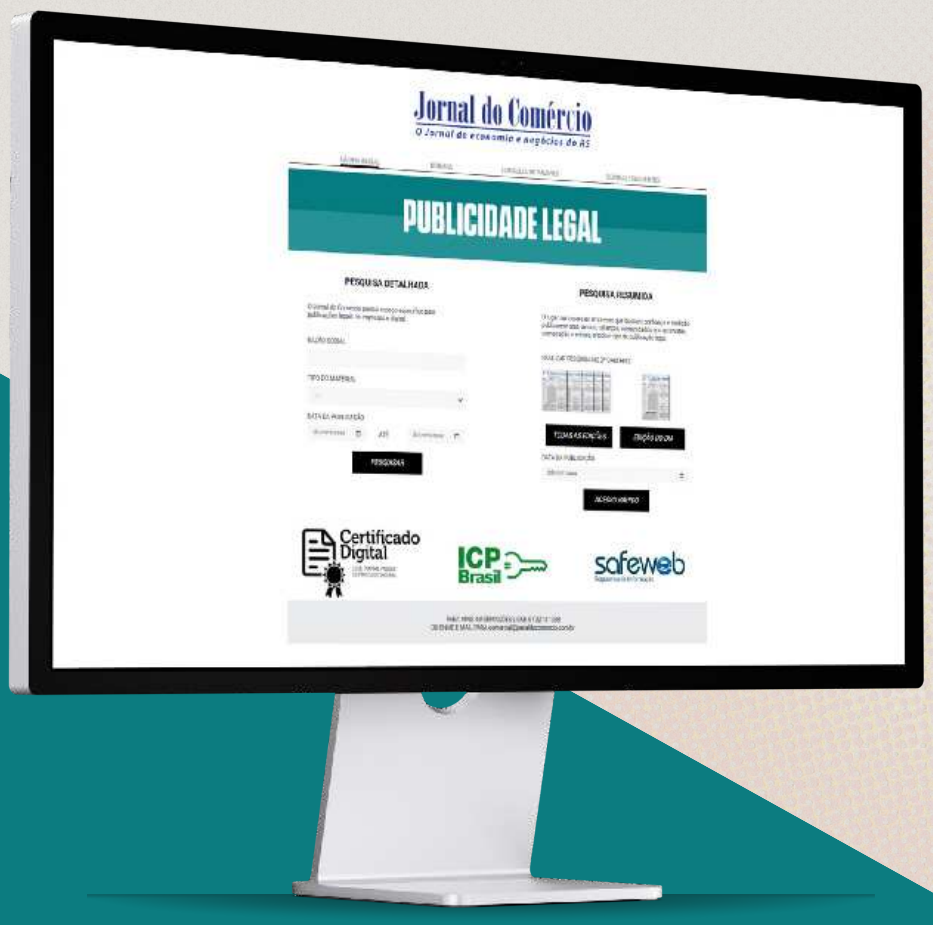
Nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76, os Acionistas poderão ser representados na Assembleia por um procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo necessária a apresentação do respectivo instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, o qual deverá ser depositado na sede social da Companhia ou enviado através do e-mail elisa.gayer@refinariariograndense.com.br, até às 09 horas do dia 28 de abril de 2026, sob pena do procurador não poder exercer o mandato.

Rio Grande, 20 de abril de 2026.

JORGE MARQUES DE TOLEDO CAMARGO
Presidente do Conselho de Administração

PUBLICIDADE LEGAL

AVISO DE EXTRAVIO DE LIVRO SOCIETÁRIO. TERMOLAR S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Rua Tamandaré, nº 500, bairro Camaquã, CEP 91900-790, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.780.634/0001-22, registrada na Junta Comercial Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JUCISRS) sob NIRE nº 43300002942, torna público, para os devidos fins e efeitos de direito, o extravio do seguinte livro societário: (a) Livro de Registro de Ações Nominativas nº 01 não se responsabilizando pelo uso indevido do mesmo. Porto Alegre/RS 01 de abril de 2026. Natalie Ardrizzo – Diretora Presidente



PUBLICIDADE LEGAL
TEM DATA E LOCAL CERTO
PARA SER PUBLICADA

O 2º Caderno é publicado
diariamente no digital e no impresso.

Tradição / Credibilidade / Tecnologia

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

Acesse
o QR Code
e anuncie
no JC

PUBLICIDADE LEGAL

MOINHO DO NORDESTE S/A

CNPJ 87.274.817/0001-36 – NIRE 43 3 0001005 8

Relatório da Administração: Cumprindo disposições legais e estatutárias, divulgamos abaixo o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhado dos valores correspondentes ao exercício anterior, para fins de comparação. Permanecemos a inteira disposição de V.Sas. para quaisquer informações a respeito.

Antônio Prado - RS, 28 de abril de 2026.

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	99.427	91.184
Contas a receber de clientes	4	57.448	71.545
Estoques		51.455	55.700
Impostos e contribuições a recuperar	5	28.739	29.369
Imposto de renda e contribuição social		7.946	5.735
Instrumentos financeiros derivativos		37	-
Outros ativos		3.132	2.279
Total do ativo circulante		**248.184**	**255.812**
Não Circulante			
Depósitos judiciais		64	53
Depósito em conta garantia		1.880	1.673
Impostos e contribuições a recuperar	5	3.610	770
Contas a receber de clientes		637	-
Outros ativos		154	145
Total ativo não circulante		**6.345**	**2.641**
Imobilizado	6	87.608	72.665
Intangível	7	617	620
Total do ativo não circulante		**94.570**	**75.926**
Total do ativo		**342.754**	**331.738**

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		25.871	35.426
Empréstimos e financiamentos		98.352	84.477
Impostos e contribuições		1.604	1.394
Obrigações trabalhistas		4.454	3.972
Juros sobre capital próprio a pagar		18.154	18.203
Dividendos a pagar		3.651	3.714
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		401	391
Instrumentos financeiros derivativos		231	-
Outros passivos		4.494	3.283
Total do passivo circulante		**157.212**	**150.860**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos		101.757	90.742
Passivo fiscal diferido		1.243	1.326
Outros passivos		947	88
Total do passivo não circulante		**103.947**	**92.156**
Patrimônio líquido	8		
Capital social		20.000	20.000
Reserva de reavaliação		2.573	2.734
Reserva de incentivo fiscal		55.121	62.087
Reserva legal		3.901	3.901
Total do patrimônio líquido		**81.595**	**88.722**
Total do passivo		**342.754**	**331.738**

Demonstrações do Resultado (Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita	9	492.661	546.723
Custo dos produtos e serviços		(396.771)	(450.654)
Lucro bruto		**95.890**	**96.069**
Receitas (Despesas) operacionais			
Com vendas		(71.975)	(78.585)
Gerais e administrativas		(17.757)	(11.690)
Outras receitas / (despesas) operacionais		603	(981)
Total das despesas operacionais líquidas		**(89.129)**	**(91.256)**
Res. antes das receitas e despesas financeiras		**6.761**	**4.813**
Receitas financeiras		11.453	5.782
Despesas financeiras		(24.074)	(15.341)
Total das despesas financeiras líquidas		**(12.621)**	**(9.559)**
Resultado antes do IR e da contribuição social		**(5.860)**	**(4.746)**
Imposto de renda e contribuição social		**820**	**(110)**
Prejuízo do exercício		**(5.040)**	**(4.856)**
Prejuízo por lote de mil ações do capital social		**(9,65)**	**(9,30)**
Qtde. de ações do capital social ao final do exercício		**522.215**	**522.215**

Demonstrações do Resultado Abrangente (Em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	**(5.040)**	**(4.856)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(5.040)**	**(4.856)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Lucros – Reserva legal	Reserva de Lucros – Reserva de incentivo fiscal	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**20.000**	**3.901**	**70.407**	**2.894**	**-**	**97.202**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.856)	**(4.856)**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(243)	243	-
Realização de tributos	-	-	-	83	-	**83**
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.489)	**(1.489)**
Dividendos	-	-	-	-	(2.218)	**(2.218)**
Reserva de incentivo fiscal	-	-	(8.320)	-	8.320	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**20.000**	**3.901**	**62.087**	**2.734**	**-**	**88.722**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.040)	**(5.040)**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(243)	243	-
Realização de tributos	-	-	-	82	-	**82**
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(2.169)	**(2.169)**
Reserva de incentivo fiscal	-	-	(6.966)	-	6.966	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**20.000**	**3.901**	**55.121**	**2.574**	**-**	**81.596**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em milhares de reais)

	2025	2024
Atividades operacionais		
Resultado antes do IR e contribuição social	(5.860)	(4.746)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	7.644	7.651
Baixas de imobilizado	268	123
Variação cambial	937	201
Provisão para comissões	(199)	(102)
Provisão para contingência	10	48
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito do contas a receber	(6.384)	(2.364)
Juros provisionados	19.059	14.631
Variações em:		
Contas a receber de clientes	7.076	(5.168)
Estoques	4.245	(2.579)
Impostos e contribuições a recuperar	(1.636)	10.581
Outros ativos	(1.118)	231
Fornecedores	(9.555)	6.866
Impostos e contribuições	210	(3.496)
Obrigações trabalhistas	482	(145)
Outras contas a pagar	2.500	(736)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**30.446**	**20.996**
Juros pagos	(19.059)	(14.631)
Impostos e contribuição social pagos	(1.761)	(406)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**9.626**	**5.959**
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(22.852)	(20.703)
Caixa utilizado nas atividades de investimento	**(22.852)**	**(20.703)**
Atividades de financiamentos		
Pagamento dividendos e juros sobre capital próprio	(2.103)	(2.292)
Empréstimos e financiamentos obtidos	114.151	209.878
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(90.579)	(127.651)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	**21.469**	**79.935**
Aumento/(redução) no caixa e equivalente de caixa	**8.243**	**65.191**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**91.184**	**25.993**
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	**99.427**	**91.184**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional: A Moinho do Nordeste S.A. ("Companhia") tem por objeto a indústria de moagem de trigo, comércio, representação, distribuição, importação e exportação de gêneros e especialidades alimentícias em geral, rações balanceadas, transportes de cargas por via rodoviária, laboratório de análise de alimentos, realização de testes físicos, químicos e outros testes analíticos em alimentos, organização logística do transporte de cargas, administração de bens próprios e a prestação de serviços de gerência e administração empresarial. **2 Políticas contábeis materiais: 2.1 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Companhia, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. A conclusão das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada em reunião de diretoria realizada em 13 de abril de 2026. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras, são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3 Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é registrada com base no valor da nota fiscal, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos e, concluiu que está atuando como principal, e não como agente, em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Venda de produtos:** A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detêm mais controle ou responsabilidade sobre os produtos vendidos, o que geralmente ocorre na sua entrega. **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5 Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. ***(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:*** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iv) Desreconhecimento: Ativos financeiros:*** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. ***Impairment de ativos financeiros:*** O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, considerando também se houve aumentos significativos no risco de crédito, desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. A Companhia mensura a provisão para perdas em instrumentos financeiros ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. ***Passivos financeiros:*** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(v) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência, através do método das perdas esperadas. **2.7 Estoques:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **2.8 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Companhia. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil remanescente dos bens, conforme descrito abaixo:

	Média ponderada de vida útil
Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no período em que o ativo for baixado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar abaixo do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma provisão para perdas de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.9 Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos de terceiros são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, calculados de forma linear considerando a vida útil estimada em cinco anos para softwares. A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil remanescente dos bens, conforme descrito abaixo:

	Média ponderada de vida útil
Software	5 anos

2.10 Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.11 Tributação:** ***Tributos sobre vendas:*** As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Sigla	Alíquotas
Programa de Integração Social	PIS	0% a 1,65%
Contribuição Social para Financiam. da Seguridade Social	COFINS	0% a 7,60%
Impostos sobre Circ. de Mercad. e Prestação de Serviços	ICMS	0% a 19,5%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados reduzindo o custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. ***Imposto de renda e contribuição social - corrente:*** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no exercício, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, assim adições ao lucro líquido de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas na determinação do lucro tributável, geram créditos ou débitos de imposto diferido. As antecipações de impostos ou impostos recuperáveis estão apresentados no ativo circulante e não circulante com base na expectativa de sua realização. ***Imposto de renda e contribuição social - diferido:*** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Imposto diferido passivo é reconhecido para todas as diferenças temporárias. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças, créditos ou prejuízos fiscais dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a realização das diferenças temporárias dedutíveis, bem como o uso de créditos tributários e prejuízos fiscais não utilizados. O imposto diferido ativo é revisto a cada data do balanço sendo reconhecido na extensão em que seja provável que lucro tributável futuro permitirá a recuperação do imposto diferido ativo. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na alíquota de imposto que se espera aplicar no período em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) em vigor na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido quando houver o direito legal ou constituído de compensar imposto diferido ativo com imposto diferido passivo e quando os impostos diferidos se refiram à mesma Empresa tributada e estejam sujeitos à mesma autoridade fiscal. Julgamento profissional significativo pela administração é requerido para determinar o valor de imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. **2.12 Demais ativos, passivo circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. **2.13 Receitas financeiras e despesas financeiras:** A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são divulgados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida. **2.14 Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração da Companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da administração da Companhia, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. **2.15 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3 Caixa e equivalente de caixa:

	2025	2024
Caixa	8	8
Depósitos bancários à vista	11.336	955
Aplicações financeiras	88.083	90.221
Total	**99.427**	**91.184**

4 Contas a receber de clientes:

	2025	2024
No país	59.515	71.794
(-) Prov. para perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(1.430)	(249)
	58.085	**71.545**
Ativo circulante	**57.448**	**71.545**
Ativo não circulante	**637**	**-**

5 Impostos e contribuições a recuperar:

	2025	2024
ICMS	5.636	2.610
PIS	3.014	4.818
COFINS	23.699	22.712
Total	**32.349**	**30.140**

6 Imobilizado:

Custo do Imobilizado	Saldo em 31/12/24	Aquisição	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/25
Terrenos	7.889	-	-	158	8.047
Imóveis	38.789	-	-	679	39.468
Equip. e instalações industriais	112.735	-	(3.568)	16.937	126.104
Equip. e instalações de escritório	2.007	1.548	(1.246)	87	2.396
Veículos	1.808	12	(397)	563	1.986
Equip. de Informática	3.061	84	(7)	51	3.189
Outras imobilizações	1.144	11	(40)	-	1.115
Imobiliz. em andam.	3.284	21.313	(10)	310	24.897
Adiantam. a fornec.	18.020	2.110	-	(19.648)	481
Total	**188.737**	**25.078**	**(5.269)**	**(863)**	**207.683**

Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/24	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/25
Imóveis	19.447	1.592	-	-	21.039
Equip. e instal. industriais	91.506	5.262	(3.368)	-	93.400
Equip. e instal. de escritório	898	96	(7)	-	987
Veículos	1.270	283	(150)	-	1.403
Equip. de Informática	2.139	298	(3)	-	2.434
Outras imobilizações	812	40	(40)	-	812
Total	**116.072**	**7.571**	**(3.568)**	**-**	**120.075**
Saldo cont. líq. de imobilizado	**72.665**	**17.507**	**(1.701)**	**(863)**	**87.608**

7 Intangível:

Custo do Intangível	Saldo em 31/12/24	Aquisição	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/25
Marcas e Registros	447	6	-	-	453
Sistemas de Informática	2.264	64	(3)	-	2.325
Total	**2.711**	**70**	**(3)**	**-**	**2.778**

Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/24	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/25
Sistemas de Informática	2.091	73	(3)	-	2.161
Total	**2.091**	**73**	**(3)**	**-**	**2.161**
Saldo contábil - Intangível líq.	**620**	**(3)**	**-**	**-**	**617**

8 Patrimônio Líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social pertence inteiramente a acionistas pessoas físicas domiciliados no país sendo composto por 512.215.115 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 10.000.000 ações preferenciais - classe A, sem valor nominal.

9 Receita:

	2025	2024
Receita bruta	**537.503**	**595.078**
(-) Impostos	(39.119)	(42.018)
(-) Devoluções	(5.723)	(6.337)
Receita	**492.661**	**546.723**

Conselho de Administração:
Célia Maria Gelain da Cunha - Presidente
Itacir José Grezzana - Conselheiro
Sofia Gelain da Cunha - Conselheira
Julia Gelain da Cunha - Conselheira

Diretoria:
Valdomiro Bocchese da Cunha - Diretor-Presidente
Célia Maria Gelain da Cunha -Diretora - Vice-Presidente
Eduardo Claudino Kormann Neto - Diretor

Contadora:
Gabriela Inês Scapin Susin - CRC/RS 102389/O-4 - CPF 968.382.300-97

As demonstrações financeiras completas foram auditadas por auditores independentes com parecer sem ressalva e encontram-se disponíveis aos acionistas na sede da companhia.

APFPAR Participações S.A.

CNPJ 25.117.100/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da APFPAR Participações S.A. submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Porto Alegre, RS, 27 de abril de 2026

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**234**	12	**440.236**	540.039
Aplicações financeiras	5	**-**	-	**38.827**	18.402
Contas a receber de clientes	6	**-**	-	**491.166**	460.826
Ativo de contrato		**-**	-	**7.728**	3.421
Contas a receber de partes relacionadas	9	**-**	-	**596**	1.836
Estoques	7	**-**	-	**616.707**	722.820
Tributos a recuperar	8	**105**	133	**118.188**	132.595
Despesas antecipadas		**-**	-	**11.784**	10.718
Dividendos a receber	11	**55.087**	-	**-**	-
Outras contas a receber		**-**	505	**31.752**	70.165
		55.426	650	**1.756.984**	1.960.822
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	**-**	-	**49.859**	112.670
Contas a receber de clientes	6	**-**	-	**85.193**	120.276
Ativo de contrato		**-**	-	**25.045**	24.709
Tributos a recuperar	8	**-**	-	**29.678**	26.475
Instrumentos financeiros derivativos	24	**-**	-	**81**	19.613
Créditos com partes relacionadas	9	**7.600**	5.752	**9.120**	9.602
Outros créditos	10/17	**-**	-	**107.262**	86.810
		7.600	5.752	**306.238**	400.155
Investimentos	11	**763.795**	891.668	**339.889**	517.524
Propriedades para investimento	12	**-**	-	**68.497**	66.993
Imobilizado	13	**-**	-	**809.979**	753.330
Intangível	14	**-**	-	**92.973**	78.722
Ativos de direito de uso	15	**-**	-	**18.436**	17.238
		771.395	897.420	**1.636.012**	1.833.962
Total do ativo		**826.821**	898.070	**3.392.996**	3.794.784

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	**-**	-	**293.889**	393.941
Fornecedores		**-**	-	**169.517**	267.388
Contas a pagar a partes relacionadas	9	**-**	-	**446**	-
Obrigações fiscais e sociais	17	**5**	4	**215.719**	168.468
Obrigações e provisões trabalhistas		**-**	-	**33.109**	33.552
Dividendos propostos	9/19.d	**22.014**	29.355	**41.023**	34.718
Débitos com partes relacionadas	9	**-**	-	**45.336**	3.158
Passivo de direito de uso	15	**-**	-	**8.056**	10.581
Outras contas a pagar		**-**	-	**46.603**	52.185
		22.019	29.359	**853.698**	963.991
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	**-**	-	**1.019.101**	1.081.481
Fornecedores		**-**	-	**-**	5
Instrumentos financeiros derivativos	24	**-**	-	**7.392**	1.790
Obrigações fiscais e sociais	17	**-**	-	**4.207**	7.234
Dividendos propostos	9/19.d	**105.560**	-	**126.309**	-
Débitos com partes relacionadas	9	**866**	1.069	**27.933**	55.942
Impostos diferidos	23	**-**	-	**28.080**	44.987
Provisão para litígios	18	**-**	-	**6.126**	4.224
Passivo de direito de uso	15	**-**	-	**11.655**	7.873
Outras contas a pagar		**10.000**	20.000	**15.044**	25.128
		116.426	21.069	**1.245.847**	1.228.664
Patrimônio líquido	19				
Capital social		**528.709**	528.709	**528.709**	528.709
Reservas de lucros		**102.613**	195.905	**102.613**	195.905
Outros resultados abrangentes		**57.054**	123.028	**57.054**	123.028
Total da participação dos controladores		**688.376**	847.642	**688.376**	847.642
Participação de acionistas não controladores		**-**	-	**605.075**	754.487
Total do patrimônio líquido		**688.376**	847.642	**1.293.451**	1.602.129
Total do passivo e patrimônio líquido		**826.821**	898.070	**3.392.996**	3.794.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receita operacional líquida	20	**-**	-	**2.841.447**	2.671.163
Custo dos produtos vendidos	21	**-**	-	**(1.922.641)**	(1.725.630)
Lucro bruto		**-**	-	**918.806**	945.533
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	21	**-**	-	**(251.456)**	(277.740)
Despesas administrativas e gerais	21	**(69)**	(86)	**(290.075)**	(271.322)
Resultado da equivalência patrimonial	11	**33.499**	97.024	**(72.405)**	(129.299)
Outras (despesas) receitas líquidas	21	**(70)**	-	**(36.217)**	13.270
Resultado operacional		**33.360**	96.938	**268.653**	280.442
Receitas financeiras	22	**1.224**	756	**326.108**	403.884
Despesas financeiras	22	**(2.692)**	(1.315)	**(482.493)**	(419.327)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		**31.892**	96.379	**112.268**	264.999
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	23	**-**	-	**(66.489)**	(81.494)
Diferido	23	**-**	-	**13.290**	(10.614)
Lucro líquido do exercício		**31.892**	96.379	**59.069**	172.891
Atribuível a:					
Acionistas controladores				**31.892**	96.379
Acionistas não controladores				**27.177**	76.512
				59.069	172.891
Lucro por ação do capital social - em Reais		**0,14**	0,43		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**31.892**	96.379	**59.069**	172.891
Outros resultados abrangentes:				
Efeito ajuste reflexo de economia hiperinflacionária em controladas e filiais no exterior	**9.019**	2.569	**16.826**	4.793
Variação cambial reflexa de coligada e controladas indiretas no exterior	**(73.911)**	207.598	**(137.883)**	387.281
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	**(33.000)**	306.546	**(61.988)**	564.965
Atribuível a:				
Acionistas controladores			**(33.000)**	306.546
Acionistas não controladores			**(28.988)**	258.419
			(61.988)	564.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	**31.892**	96.379	**112.268**	264.999
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	**-**	-	**73.765**	72.602
Baixa propriedade para investimento	**-**	-	**-**	400
Efeito hiperinflação	**-**	-	**4.480**	(30.141)
Resultado nas baixas de investimento e imobilizado	**-**	-	**15.438**	12.766
Realização de ajuste a valor presente	**-**	-	**2.130**	1.246
Equivalência patrimonial	**(33.499)**	(97.024)	**72.405**	129.299
Perda estimada p/créditos de liquidação duvidosa	**-**	-	**(699)**	(6.549)
Perda estimada para estoques obsoletos	**-**	-	**(2.424)**	1.738
Perda estimadas em aplicações financeiras	**-**	-	**17.542**	-
Provisão para litígios	**-**	-	**1.902**	(3.014)
Variação em derivativos	**-**	-	**25.134**	(17.823)
Juros e atualização monetária s/empréstimos	**1.635**	521	**204.209**	246.677
	28	(124)	**526.150**	672.200
(Aumento) redução nos ativos:				
Contas a receber	**-**	-	**5.841**	(122.097)
Estoques	**-**	-	**108.837**	(216.205)
Impostos a recuperar	**28**	(86)	**12.070**	(46.028)
Outras contas a receber	**505**	1.663	**16.895**	(69.740)
Dividendos recebidos	**40.311**	37.206	**16.226**	-
	40.844	38.783	**159.869**	(454.070)
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	**-**	-	**(97.430)**	113.437
Obrigações fiscais e sociais	**1**	(11)	**2.230**	(13.328)
Outras contas a pagar	**(12.624)**	(11.273)	**(53.066)**	(9.165)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	-	**(24.938)**	(36.812)
	(12.623)	(11.284)	**(173.204)**	54.132
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	**28.249**	27.375	**512.815**	272.262
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Em propriedades para investimento	**-**	-	**(2.410)**	(1.860)
Em aplicações financeiras	**-**	-	**24.844**	(50.150)
Em investimentos	**-**	-	**(2.093)**	3.499
Em imobilizado	**-**	-	**(146.068)**	(126.895)
No intangível	**-**	-	**(21.145)**	(20.188)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento	**-**	-	**(146.872)**	(195.594)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aquisição de participação de não controladores	**-**	-	**-**	(46)
Débitos com coligadas	**(859)**	-	**(377)**	3.777
Pagamento de empréstimos de coligadas e pessoas ligadas	**(203)**	(3.211)	**(20.144)**	(14.479)
Pagamentos realizados arrendamento	**-**	-	**(15.594)**	(14.369)
Pagamento de dividendos	**(26.965)**	(24.189)	**(70.030)**	(54.649)
Empréstimos e financiamentos tomados	**-**	-	**636.585**	713.010
Juros de empréstimos pagos	**-**	-	**(219.318)**	(172.557)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	**-**	-	**(776.868)**	(643.202)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento	**(28.027)**	(27.400)	**(465.746)**	(182.515)
Aumento (redução) no caixa e equiv. de caixa	**222**	(25)	**(99.803)**	(105.847)
Caixa e equiv. de caixa - no início do exercício	**12**	37	**540.039**	645.886
Caixa e equiv. de caixa - no final do exercício	**234**	12	**440.236**	540.039
Aumento (redução) no caixa e equiv. de caixa	**222**	(25)	**(99.803)**	(105.847)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladores: Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva especial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		528.709	-	-	(87.139)	149.116	590.686	528.255	1.118.941
Aquisição de ações		-	-	-	-	-	-	(46)	(46)
Redução do capital		-	-	-	-	-	-	(132)	(132)
AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	3.499	3.499
Outros resultados abrangentes	19.c	-	-	-	210.167	-	210.167	181.907	392.074
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	96.379	96.379	76.512	172.891
Destinações:									
Reserva legal	19.b	-	4.819	-	-	(4.819)	-	-	-
Dividendos obrigatórios propostos	19.d	-	-	-	-	(22.890)	(22.890)	(2.817)	(25.707)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	(629)	(629)
Dividendos adicionais de anos anteriores pagos	19.d	-	-	-	-	(26.700)	(26.700)	(32.062)	(58.762)
Constituição de reserva especial	19.b	-	-	191.086	-	(191.086)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		528.709	4.819	191.086	123.028	-	847.642	754.487	1.602.129
Aquisição de ações	**1.1**	-	-	-	-	-	-	**(40.268)**	**(40.268)**
Desistência de transferência de ações	**1.1**	-	-	-	-	-	-	**10.238**	**10.238**
Aquisição de participação de minoritário	**1.1**	-	-	-	-	-	-	**(4.031)**	**(4.031)**
Transação entre sócios	**1.1**	-	-	-	**(1.082)**	-	**(1.082)**	**(937)**	**(2.019)**
Reversão de dividendos	**19.d**	-	-	**2.390**	-	-	**2.390**	**-**	**2.390**
Outros resultados abrangentes	**19.c**	-	-	-	**(64.892)**	-	**(64.892)**	**(56.165)**	**(121.057)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	**31.892**	**31.892**	**27.177**	**59.069**
Destinações:									
Reserva legal	**19.b**	-	**1.595**	-	-	**(1.595)**	-	-	-
Dividendos obrigatórios propostos	**19.d**	-	-	-	-	**(7.574)**	**(7.574)**	**(2.829)**	**(10.403)**
Dividendos adicionais de anos anteriores propostos		-	-	**(120.000)**	-	-	**(120.000)**	**(48.244)**	**(168.244)**
Dividendos adicionais de anos anteriores pagos	**19.d**	-	-	-	-	-	-	**(34.353)**	**(34.353)**
Constituição de reserva especial	**19.b**	-	-	**22.723**	-	**(22.723)**	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**528.709**	**6.414**	**96.199**	**57.054**	-	**688.376**	**605.075**	**1.293.451**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A APFPAR Participações S.A. ("Companhia"), com sede na Av. Severo Dullius, 1395, sala 2, 9º andar, Porto Alegre/RS, tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades, como acionista ou quotista, e, administração de bens móveis e imóveis. **1.1. Transações relevantes no exercício:** Aquisição de ações: Em 17 de dezembro de 2025, a controlada Paludo Participações S.A. adquiriu 539 ações preferenciais de acionista minoritário, equivalente a 2% do capital social, conforme contrato de compra e venda de ações. O preço de compra foi de R$40.268, a ser pago em 3 parcelas anuais, R$10.001 na data da assinatura do contrato, R$15.134 até dez/2026 e R$15.133 até dez/2027. Transferência de ações: Em 2025, a controlada Paludo Participações S.A. desistiu da aquisição de 518 ações preferenciais que estavam pendentes de liquidação com acionistas. O contrato previa a necessidade de desalienação e a entrega do imóvel de Jaguaré/SP, no montante de R$10.238. Em 02 de abril de 2025, foi assinado o termo de transferência de ações nominativas, ao qual determinou a transferência de quatro ações ordinárias de Miguel Paludo da controlada indireta Borrachas Vipal S.A. para a controlada Paludo Participações S.A., que passa a ter 100% de participação societária. Aquisição de participação minoritária: Em 29 de agosto de 2025, foi assinado o contrato de compra e venda de ações ordinárias da controlada indireta Marangoni Tread Latino América S.A., para aquisição de 200.000 ações, equivalente a 20% do capital da investida pela controlada indireta Borrachas Vipal S.A. A Controlada indireta passou a deter 100% de participação na sua controlada. O preço acordado pelas ações foi de R$2.534, equivalente a €400 (quatrocentos mil Euros). Por se tratar de transações entre sócios, o impacto da mudança em sua participação na controlada foi tratado no patrimônio líquido da Controlada indireta, como uma transação entre acionistas, conforme orienta o CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas. Abaixo são demonstrados os valores na data da aquisição:

	Contraprestação	PL adquirido (i)	Mais valia
Compra de 20% das ações da controlada	2.534	(2.473)	**(5.007)**
Mais valia referente aos 20% dos não controladores			**2.988**
Total apropriado ao Patrimônio Líquido			**(2.019)**

(i) Valor do patrimônio líquido da controlada indireta na data de compra das ações.

Liquidação antecipada das debêntures: Em 22 de setembro de 2025, a controlada indireta Borrachas Vipal S.A. comunicou ao mercado o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da sua 1ª (primeira) emissão. O pagamento foi realizado em 29 de setembro de 2025 no valor de R$432.620, sendo R$423.529 de principal, R$2.776 de juros e R$6.315 de prêmio.

2. Sumário das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelos órgãos institucionais CPC e IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos, gestão de riscos e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais. Todos os pronunciamentos em vigor na data de elaboração das demonstrações financeiras foram aplicados pela Companhia e suas Controladas diretas e indiretas. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia. A conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada em reunião de Diretoria realizada em 27 de abril de 2026. **2.2. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das Controladas:

	2025	2024
Empresa	**Percentual de participação - direta**	**Percentual de participação - direta**
Alpar Participações Ltda.	94,254	94,254
Paludo Participações S.A.	53,604	53,604

As demonstrações financeiras das Controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo. **2.3. Participação em *Joint Ventures:*** A controlada Paludo Participações S.A., mantém participação em *joint ventures*, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto de várias atividades das Companhias. As demonstrações financeiras das *joint ventures* são preparadas para o mesmo período de divulgação. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Controlada bem como para eliminar ganhos e perdas não realizados sobre transações entre as empresas. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos. **2.4. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. Venda de produtos e prestação de serviços: A receita de venda de produtos e prestação de serviços é reconhecida pelo valor que reflete a expectativa que as Controladas diretas e indiretas têm de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras das Controladas diretas e indiretas localizadas no exterior são convertidas para Reais (BRL) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios, sendo os efeitos dessa conversão registrados em conta específica do patrimônio líquido da controladora. Economia hiperinflacionária. Para fins de conversão dos saldos contábeis das unidades na Argentina para a moeda de apresentação (Reais (BRL)) utilizada nas demonstrações financeiras contábeis da controlada Paludo Participações S.A., e da controlada indireta Borrachas Vipal S.A., foram adotados os seguintes procedimentos requeridos pelo CPC 02 (R2) / IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras: • Os montantes de ativos, passivos e itens do patrimônio líquido foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício de $0,003792 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2025 ($0,006012 em 31 de dezembro de 2024); e • Os montantes de receitas e despesas do exercício foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício de $0,003792 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2025 ($0,006012 em 31 de dezembro de 2024). Correção Monetária por hiperinflação – CPC 42 /IAS 29: Com inflação acumulada superior a 100% nos últimos três anos na Argentina, a aplicação do CPC 42 / IAS 29 - Contabilidade em economia hiperinflacionária - passou a ser requerida no exercício de 2018 para as unidades da Controlada direta e indireta nesse país. A inflação acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 31,5% (117,8% em 31 de dezembro de 2024), conforme IPC. Considerando que as Demonstrações Financeiras da coligada indireta FATE S.A.I.C.I. não atendem as práticas adotadas no Brasil, o impacto da hiperinflação foi considerado como variação cambial e registrado em "outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido. O efeito em 2025 foi uma perda de R$88.223 (ganho de R$343.646 em 2024). Transações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.6. Estoques:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor de mercado. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **2.7. Investimento:** Os investimentos em Controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R3) / IAS 28, para fins de demonstrações financeiras da controladora. Estes investimentos são deduzidos de provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. **2.9. Ágio, mais valia e outros ativos intangíveis:** Ágio: O ágio apurado em aquisição de investimento é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos a valor justo adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de perda por desvalorização anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas de "intangível", no consolidado. Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio será incluído na determinação dos ganhos e perdas. Mais valia de ativos: Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. A mais valia de ativos é reclassificado para as rubricas correspondentes, no consolidado. Outros ativos intangíveis: São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por software e outros. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. **2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. **2.11. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **2.12. Tributação:** Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e • o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas	
	Controladora	Consolidado
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	7% a 18%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	-	0% a 18%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,6%	3% a 9,50%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%	0,65% a 2%
IVA – Imposto sobre Valor Adicionado (Exterior)	-	0,50% a 22%

Imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil na data de apresentação das demonstrações financeiras e nos países onde as controladas direta e indiretas da Companhia operam e geram resultado tributável. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **2.13. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos: • Os principais ativos financeiros reconhecidos são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e ativos mensurados pelo custo amortizado. • Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, dividendos a pagar, débitos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos. **2.14. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. **2.15. Arrendamento mercantil:** A controlada indireta Borrachas Vipal S.A. reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. A administração da Controlada indireta considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa incremental de juros para fins de desconto. A Controlada analisou os contratos existentes e identificou aqueles enquadrados no CPC 06(R2) / IFRS 16. **2.16. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitidos pelos CPC/IFRS. A Controlada e suas Controladas classificam dividendos recebidos como fluxos de caixa de atividades operacionais. Os dividendos pagos são demonstrados como fluxos de caixa de financiamento.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas diretas e indiretas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

Modalidade	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Disponibilidades	**-**	-	**58.093**	50.996
Aplicações em moeda nacional	**234**	12	**381.546**	484.310
Aplicações em moeda estrangeira	**-**	-	**597**	4.733
Total	**234**	12	**440.236**	540.039

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo representados, basicamente, por saldos de disponibilidades. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 são remuneradas a taxas de 92% a 107% do CDI (92% a 107% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. Aplicações financeiras:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Aplicações financeiras – CDB	**1.123**	16.169
Aplicação financeira – Capitalização	**193**	340
Aplicações em moeda estrangeira	**87.370**	114.563
	88.686	131.072
Circulante	**38.827**	18.402
Não circulante	**49.859**	112.670

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), vinculadas a empréstimos e financiamentos, remuneradas às taxas de 98% a 120%, do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98% a 120% do CDI em 31 de dezembro de 2024). As "aplicações em moeda estrangeira" referem-se, a aquisição de Debêntures com rendimentos de 6,25% a.a., e, títulos públicos argentinos, Bonos Bopreal, a Série 1 possui rendimentos de 5% a.a. e a Série 3 rendimentos de 3% a.a. pela controlada Paludo Participações S.A. Os títulos possuem vencimento entre fevereiro de 2026 e outubro de 2027 e estão classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento. A controlada Paludo Participações S.A. possui aplicação no Banco Master S.A., no montante de R$17.792, cujo prazo de vencimento previsto é 21 de março de 2028. Em 18 de novembro de 2025, o Banco Central decretou a liquidação do Banco Master de Investimentos S.A.. A Controlada reconheceu uma perda estimada no montante de R$17.542, mantendo o saldo de R$250 da aplicação financeira - CDB, valor a receber do Fundo Garantidor de Investimentos (FGC).

Continua »»»

»»» Continuação

APFPAR Participações S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Clientes mercado interno	586.177	574.313
Clientes mercado externo	71.724	92.832
	657.901	667.145
(-) Provisão p/créditos de liq. duvidosa	(81.542)	(86.043)
Total contas a receber	576.359	581.102
Circulante	491.166	460.826
Não circulante	85.193	120.276

Os valores classificados no ativo não circulante referem-se às renegociações de créditos junto a clientes. Essas novações, usualmente, possuem prazo superior a um ano, sendo os saldos atualizados monetariamente, acrescidos de juros compatíveis com os praticados no mercado. Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	539.100	553.029
Vencidos:	118.801	114.116
De 1 a 30 dias	48.801	48.631
De 31 a 60 dias	14.064	10.569
De 61 a 90 dias	10.255	8.000
Há mais de 90 dias	45.681	46.916
Total	657.901	667.145

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(86.043)	(85.103)
Adições	(21.879)	(17.706)
Recuperações/realizações	22.578	24.255
Variação cambial	3.802	(7.489)
Saldo no final do exercício	(81.542)	(86.043)

7. Estoques:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Produtos prontos	256.873	323.525
Produtos em elaboração	46.929	48.417
Matérias-primas	262.531	310.251
Materiais de embalagem	7.413	8.296
Materiais intermediários e diversos	46.897	38.991
(-) Perda estimada	(3.936)	(6.660)
Total	616.707	722.820

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	(6.660)	(4.387)
Adições	(12.597)	(7.484)
Reversões	15.021	5.746
Variação cambial	300	(535)
Saldo no final do exercício	(3.936)	(6.660)

8. Impostos a recuperar:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	37.245	36.181
Contribuição social	5.395	7.273
ICMS sobre ativo imobilizado	10.027	8.510
PIS/COFINS sobre ativo imobilizado	5.315	4.541
ICMS	17.825	20.721
IPI	4.466	3.437
PIS/COFINS	33.214	46.072
Imposto sobre valor agregado	6.989	14.307
IRRF s/lucros do exterior	1.136	-
Outros	26.254	18.028
Total	147.866	159.070
Circulante	118.188	132.595
Não circulante	29.678	26.475

Imposto de renda e contribuição social: Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, que serão compensados com tributos da mesma natureza, além de saldo negativo de IRPJ e CSLL os quais serão realizadas mediante a compensação com impostos e contribuições federais. ICMS, PIS e COFINS sobre o imobilizado: São valores referentes à parcela do crédito fiscal incidente sobre as aquisições de imobilizado das Controladas indiretas tais como máquinas, equipamentos, construções, imóveis, e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos com a finalidade de utilização na produção de bens e/ou serviços destinados à venda. ICMS, PIS e COFINS: Referem-se a créditos gerados nas operações normais das Controladas diretas e indiretas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza. A estimativa de realização dos impostos sobre as vendas é avaliada pela Administração das Controladas com base em projeções estimadas de vendas de produtos e em ressarcimento ou compensação de PIS e COFINS com outros impostos gerados pela operação. Os prazos estimados de realização desses ativos são em até 90 dias respeitando a competência para pedidos de ressarcimento.

9. Informações sobre partes relacionadas: Os saldos e transações mantidas entre as partes relacionadas são apresentadas a seguir:

	Controladora		
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Receitas
Paludo Participações S.A.	6.741	-	989
Alpar Participações Ltda	859	-	-
Acionistas pessoas físicas	-	866	-
Totais em 31 de dezembro de 2025	7.600	866	989
Paludo Participações S.A.	5.752	-	752
Acionistas pessoas físicas	-	1.069	-
Totais em 31 de dezembro de 2024	5.752	1.069	752

	Consolidado						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante (contas a pagar)	Passivo circulante (Débitos com partes relacionadas)	Passivo não circulante (Débitos com partes relacionadas)	Receitas	Despesas
Cya Rubber Distribuidora Ltda	585	-	435	-	-	1.464	-
Fate Brasil	11	-	11	-	-	69	(18)
IDIRPAR Participações S.A.	-	-	-	15.134	15.133	-	-
Vitapar Participações Ltda	-	-	-	108	380	-	(68)
Outras empresas	-	1.520	-	-	-	-	-
Acionistas minoritários pessoas físicas	-	7.600	-	30.094	12.420	-	(4.347)
Totais em 31 de dezembro de 2025	596	9.120	446	45.336	27.933	1.533	(4.433)
Cya Rubber Distribuidora Ltda	1.830	-	-	-	-	3.552	-
Fate Brasil	6	-	-	-	-	69	(10)
Vitapar Participações Ltda	-	-	-	-	535	-	(58)
Marangoni S.P.A.	-	-	-	3.158	358	-	-
Outras empresas	-	1.673	-	-	-	-	-
Acionistas minoritários pessoas físicas	-	7.929	-	-	55.049	-	(4.603)
Totais em 31 de dezembro de 2024	1.836	9.602	-	3.158	55.942	3.621	(4.671)

Termos e condições de transações com partes relacionadas: a) *Débitos com partes relacionadas:* A controlada Paludo Participações S.A. possui saldo a pagar a acionistas minoritários pessoas físicas referente ao contrato de compra e venda de ações, com atualização à taxa de juros de mercado e prazo final previsto para maio de 2027. Conforme descrito na Nota 1.1, em 17 de dezembro de 2025, a controlada Paludo Participações S.A. adquiriu 539 ações preferenciais da acionista minoritária Idirpar Participações S.A., pelo valor de R$40.268. A controlada indireta Borrachas Vipal S.A., possui saldo de débitos com partes relacionadas pessoas físicas referente ao mútuo com acionista do grupo, com vencimento para julho de 2026. A partir de 2024, a dívida está sujeita a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI mais 4,5% a.a. e, o inadimplente, está sujeito a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total da dívida, além dos juros de mora e demais despesas. b) *Outras operações:* O saldo de dividendos a pagar no consolidado (R$167.332), refere-se a dividendos obrigatórios da Companhia referente ao exercício de 2025 (R$7.574), dividendos adicionais aprovados em AGE realizada em 10 de dezembro de 2025 (R$120.000), da conta de Reserva de Lucros Especial, dividendos a pagar pela controlada Paludo Participações S.A. aos acionistas minoritários (R$39.192), e, dividendos a pagar pela controlada Alpar Participações Ltda ao acionista minoritário (R$566). Remuneração do pessoal-chave da Administração: Nos exercícios de 2025 e 2024 a Administração da Companhia optou por não receber remuneração.

10. Outros créditos: O saldo registrado a rubrica de "outros créditos" no ativo não circulante do consolidado refere-se, principalmente, aos depósitos judiciais realizados pela controlada indireta Borrachas Vipal S.A. e a sua controlada Borrachas Vipal Nordeste S.A. a fim de discutir a cobrança do Diferencial de Alíquota ICMS (DIFAL) nas operações interestaduais com mercadorias vendidas a consumidores finais não-contribuintes do ICMS. Em 31 de dezembro de 2025, possuía o montante de R$98.634 no Consolidado (R$79.732 em 31 de dezembro de 2024) depositados judicialmente, os quais estão provisionados conforme montante divulgado na nota 17.

11. Investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empresas controladas, coligada e sociedade controlada em conjunto	763.795	891.668	-	-
Empresas controladas, coligada e sociedade controlada em conjunto não consolidadas				
Fate S.A.I.C.I.	-	-	326.492	502.404
Fate Pneus do Brasil S.A.	-	-	10.697	11.639
Outros	-	-	2.700	3.481
Total	763.795	891.668	339.889	517.524

A movimentação dos saldos de investimento é demonstrada como segue:

	Paludo Participações S.A. (a)	Alpar Participações Ltda (b)	Totais 2025	Totais 2024
Total de ativos	1.477.238	37.411	-	-
Total de passivos	151.174	11.914	-	-
Receita líquida	3.855	-	-	-
Capital social	700.000	8.871	-	-
Patrimônio líquido	1.326.064	25.497	-	-
Lucro líquido do exercício	30.928	17.622	-	-
Percentual de participação (%)	53,604%	94,25%	-	-
Saldo inicial	864.739	26.929	891.668	622.188
Redução do capital social	-	-	-	(2.168)
Variação cambial e efeito reflexo da aplicação do CPC42 (hiperinflação) de controladas indiretas no exterior	(65.974)	-	(65.974)	210.167
Dividendos	(75.893)	(19.505)	(95.398)	(35.543)
Resultado da equivalência patrimonial	16.890	16.609	33.499	97.024
Saldo final	739.762	24.033	763.795	891.668

(a) Em 16 de dezembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a distribuição de dividendos no montante de R$5.000, a título de antecipação do resultado do exercício de 2025, com base nas demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2025, a serem pagos em 31 de janeiro de 2026. Aprovou também a distribuição de dividendos adicionais, no montante de R$80.000, da conta de Reserva de Lucros a Realizar, dos quais R$35.000 serão pagos em 2026 e o saldo de R$45.000 até 2028. Para a Companhia restou o valor de R$45.808. (b) Em Ata de Reunião Extraordinária de Quotistas, realizada em 10 de dezembro de 2025, foi aprovado a distribuição de lucros no montante de R$7.000. Adicionalmente, a Empresa destinou o saldo dos lucros do exercício de 2025, no montante de R$2.845. Para a Companhia restou o montante de R$9.279.

12. Propriedades para investimento: As propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico de aquisição, e comparadas periodicamente ao valor justo.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Terrenos, prédios e benfeitorias	68.497	66.993
Total de propriedades para investimento	68.497	66.993

13. Imobilizado:

	Consolidado								
	Vida útil em anos	Saldos em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Baixas	Efeito hiperinflação	Variação cambial	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Terrenos	-	21.992	-	-	(140)	2.527	47	-	24.426
Prédios	55	184.531	2.048	(6.465)	(49)	10.127	3.307	-	193.499
Benfeitorias	42	3.674	73	(70)	(19)	-	-	61	3.719
Instal. Industriais	26	26.885	224	(2.780)	(3)	3.585	21	1.668	29.600
Máq./acessórios	21	289.479	24.829	(41.503)	(2.771)	16.650	8.728	61.838	357.250
Outros	9	10.468	3.011	(5.042)	(399)	1.855	824	350	11.067
Obras em andamento	-	90.818	72.319	-	(6.255)	-	337	(48.075)	109.144
Adiantamento a fornecedores	-	19.202	24.391	-	(3.126)	-	-	(15.842)	24.625
Total		647.049	126.895	(55.860)	(12.762)	34.744	13.264	-	753.330

	Consolidado								
	Vida útil em anos	Saldos em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Baixas	Efeito hiperinflação	Variação cambial	Transferências	Saldos em 31/12/2025
Terrenos	-	24.426	-	-	-	1.025	(1.677)	-	23.774
Prédios	55	193.499	698	(6.201)	-	3.793	(8.406)	14	183.397
Benfeitorias	42	3.719	22	(75)	(1.570)	-	-	-	2.096
Instal. Industriais	26	29.600	205	(2.927)	(47)	984	(2.336)	5.334	30.813
Máq./acessórios	21	357.250	17.470	(43.865)	(9.287)	5.955	(17.190)	34.293	344.626
Outros	9	11.067	2.291	(2.887)	(453)	519	(1.590)	144	9.091
Obras em andamento	-	109.144	108.893	-	(3.184)	-	-	(33.995)	180.858
Adiantamento a fornecedores	-	24.625	16.489	-	-	-	-	(5.790)	35.324
Total		753.330	146.068	(55.955)	(14.541)	12.276	(31.199)	-	809.979

14. Intangível:

	Consolidado										
	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixa	Amortização	Variação cambial	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixa	Amortização	Variação cambial	Transferência	Saldos em 31/12/2025
Goodwill	12.539	-	-	-	417	12.956	-	-	-	12	-	12.968
Mais valia de ativos	16.147	-	-	(1.383)	4.300	19.064	-	-	(1.434)	(2.102)	-	15.528
Mais valia em tecnologia	7.953	-	-	(1.491)	-	6.462	-	-	(1.491)	-	-	4.971
Marcas	12.829	5	-	(369)	-	12.465	122	-	(369)	-	-	12.218
Software	881	1.481	(4)	(899)	(3)	1.456	858	-	(934)	-	1.754	3.134
Intangível em andamento	7.369	18.691	-	-	-	26.060	20.165	(557)	-	-	(1.754)	43.914
Outros	245	11	-	(15)	18	259	-	-	(19)	-	-	240
Total	57.963	20.188	(4)	(4.157)	4.732	78.722	21.145	(557)	(4.247)	(2.090)	-	92.973

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Ativos com vida útil indefinida

Os ágios da controlada indireta Borrachas Vipal S.A. encontram-se associados às seguintes unidades geradoras de caixa:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	31/12/2025	31/12/2024
Marangoni North America (MTNA)	11.897	11.885
Vipal Máquinas	1.071	1.071
	12.968	12.956

Foram desenvolvidos testes de recuperabilidade para os ágios com vida útil indefinida. Todos os fluxos de caixa foram projetados para o período de 5 anos e perpetuados a partir do 6º ano.

15. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

Movimentação do ativo de direito de uso	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.841
Novos contratos	4.924
(+/-) Remensuração de contratos	2.627
(-) Depreciação	(11.707)
(-) Crédito PIS/COFINS	(768)
Variação cambial	321
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.238
Novos contratos	9.923
(+/-) Remensuração de contratos	4.824
(-) Depreciação	(12.657)
(-) Crédito PIS/COFINS	(866)
Variação cambial	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	18.436

Movimentação do passivo de arrendamento	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	23.671
Novos contratos	4.924
(+/-) Remensuração de contratos	2.627
(+) Juros do contrato	1.246
(-) Pagamentos realizados	(14.369)
Variação cambial	355
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.454
Novos contratos	9.923
(+/-) Remensuração de contratos	4.824
(+) Juros do contrato	2.130
(-) Pagamentos realizados	(15.594)
Variação cambial	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19.711
Passivo circulante	8.056
Passivo não circulante	11.655

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado
2027	5.552
2028	3.008
2029	2.490
Acima de 2030	605
	11.655

16. Empréstimos e financiamentos: As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

			Consolidado	
Capital de giro:	Taxa média ponderada (i)	Indexador	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda nacional	17,22% a.a.	CDI/IPCA/ Taxa fixa	944.394	600.145
Adiantamento de contrato de câmbio	7,51% a.a.	Taxa fixa	77.677	114.240
Pré pagamento de exportação	17,70% a.a.	Libor	99.040	111.395
Finame	11,14% a.a.	TJLP/ Taxa fixa	191.879	127.937
Debêntures (a)	15,15% a.a.	CDI/ Taxa fixa	-	521.705
			1.312.990	1.475.422
Circulante			293.889	393.941
Não circulante			1.019.101	1.081.481

(i) A taxa média ponderada inclui o indexador. A controlada indireta Borrachas Vipal S.A. possui contratos de empréstimos que preveem o cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*") financeiras e não financeiras. A medição das cláusulas restritivas ocorre de forma trimestral. Em 31 dezembro de 2025, a Controlada indireta estava atendendo o limite das cláusulas restritivas. Em 31 de dezembro de 2025, encontram-se dados em garantia de empréstimos e financiamentos os seguintes saldos:

	Consolidado
Hipotecas e alienação fiduciária de ativos imobilizados	276.429
Aplicações financeiras	695
Seguros garantias e cartas fianças	133.299
	410.423

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado
	2025
2027	338.594
2028	368.182
2029	136.085
2030	93.405
2031	40.171
2032	17.958
Acima de 2033	24.706
	1.019.101

a) Debêntures: Referem-se à captação realizada pela controlada indireta Borrachas Vipal S.A. em 20 de setembro de 2023 (1ª emissão) no montante total de R$600.000. As debêntures foram emitidas com prazo final de pagamento em setembro de 2028, com pagamentos trimestrais, carência do principal até novembro de 2023 e taxas de CDI + 4,5% a.a. Os custos de transação foram mensurados em R$18.584 e o custo efetivo (TIR) da transação em 17,81% a.a. Conforme nota 1.1, em 22 de setembro de 2025, a Controlada indireta liquidou antecipadamente.

17. Obrigações fiscais e sociais:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Encargos sociais sobre folha de pagamento	8.576	8.155
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	11.160	16.993
PIS/COFINS	4.272	5.232
Parcelamento ordinário - débitos Federais	3.372	4.132
Imposto de Renda	61.360	38.344
Contribuição Social	23.657	11.010
Imposto sobre Produtos Industrializados	4.206	3.739
Imposto sobre Valor Agregado	5.277	5.297
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (DIFAL)	93.946	72.800
Outros	4.100	10.000
	219.926	175.702
Circulante	215.719	168.468
Não circulante	4.207	7.234

Em 2024, a partir da alteração da Lei 14.789/23, o crédito presumido de ICMS concedido pela Bahia foi excluído da base de cálculo do IRPJ e da CSLL com base no tema 1.182 do STJ. A controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste impetrou Mandado de Segurança (Processo nº 1003086-36.2024.4.01.3304) na 3ª Vara Federal de Feira de Santana -BA, obtendo liminar favorável em 21 de fevereiro de 2024. Apesar da decisão favorável e diante da incerteza jurídica, a controlada indireta optou por provisionar os valores excluídos, sendo R$55.664 para IRPJ e R$22.584 para CSLL em 31 de dezembro de 2025 (R$28.986 para IRPJ e R$10.482 para CSLL em 31 de dezembro de 2024).

18. Provisão para litígios: A controlada Paludo Participações S.A. e algumas Controladas indiretas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que o desembolso financeiro é provável. O quadro a seguir demonstra os valores estimados do risco contingente (perda), conforme opinião de seus assessores jurídicos:

	Consolidado			
	Tributário	Cível	Trabalhista	Total
Saldos em 31/12/2023	500	1.162	5.576	7.238
Complementos e atualizações	23	34	674	731
(-) Reversões	(100)	(578)	(3.067)	(3.745)
Saldos em 31/12/2024	423	618	3.183	4.224
Complementos e atualizações	1.357	70	1.240	2.667
(-) Reversões	(17)	(14)	(734)	(765)
Saldos em 31/12/2025	1.763	674	3.689	6.126

O quadro a seguir demonstra os valores estimados de perda possível, conforme opinião de seus assessores jurídicos, para os quais, portanto, não foram constituídas provisão para litígios:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	189	198
Tributário	520.234	634.434
Cível	2.762	3.095
	523.185	637.727

Trabalhista - diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. Cíveis - As controladas indiretas Borrachas Vipal S.A., Borrachas Vipal Nordeste S.A. e BR Plásticos Indústria Ltda., figuram como rés em causas cíveis, objetivando desconstituir títulos de crédito e indenizações. Tributários - As controladas indiretas Borrachas Vipal S.A., Borrachas Vipal Nordeste S.A. e BR Plásticos Indústria Ltda, figuram como rés em causas tributárias, cuja probabilidade de perda apontada pelos assessores jurídicos é possível, para as quais, portanto não foram constituídas provisão para litígios.

19. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R$528.709 e está representado por 223.709.247 ações, sem valor nominal. b) Reservas de lucros: *Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. *Reserva especial:* Tem por finalidade assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das atividades sociais. c) Outros resultados abrangentes: *Variação cambial de controladas indiretas no exterior:* A Companhia reconhece nessa rubrica os efeitos reflexos da variação cambial sobre os investimentos em empresas controladas indiretas domiciliadas no exterior. O efeito da variação cambial acumulada sobre os investimentos somente é transferido para o resultado do exercício no momento da ocorrência da alienação desses investimentos. d) Dividendos: De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	31.892
Constituição de reserva legal	(1.595)
Base de cálculo dos dividendos	30.297
Dividendo mínimo obrigatório	7.574

Em 06 de maio de 2025, a Assembleia Geral Ordinária deliberou pelo pagamento dos dividendos obrigatórios referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R$20.500, e, o saldo remanescente de R$2.390, destinado a conta de Reserva Especial. Em 10 de dezembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a distribuição de dividendos no montante de R$7.000, a título de antecipação do resultado do exercício de 2025, com base nas demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2025, a serem pagos em 2026. Aprovou também a distribuição de dividendos adicionais, no montante de R$120.000, da conta de Reserva Especial da Companhia, a serem pagos até 31 de dezembro de 2028.

20. Receita operacional líquida: A receita líquida de vendas e serviços apresenta a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas e serviços	3.722.863	3.467.182
Devolução de vendas	(116.151)	(77.115)
Impostos sobre a venda	(765.265)	(718.904)
Receita operacional líquida	2.841.447	2.671.163

21. Despesas por natureza: A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Consolidado	
Despesas por função	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos produtos vendidos	(1.922.641)	(1.725.630)
Despesas com vendas	(251.456)	(277.740)
Despesas administrativas e gerais	(290.075)	(271.322)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(36.217)	13.270
	(2.500.389)	(2.261.422)
Despesas por natureza		
Depreciação e amortização	(52.032)	(51.566)
Amortização de ativos de direito de uso	(12.850)	(11.783)
Amortização de mais valia de ativos	(8.736)	(9.324)
Despesas com pessoal	(424.524)	(387.866)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(1.591.108)	(1.414.164)
Fretes	(117.252)	(121.633)
Consultoria e assessoria	(29.550)	(27.662)
Bonificações em produto	(25.496)	(50.898)
Energia elétrica	(30.713)	(40.281)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	699	6.431
Perdas estimadas para aplicações financeiras	(17.542)	-
Outras despesas, líquidas	(191.285)	(152.676)
	(2.500.389)	(2.261.422)

22. Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram como segue:

	Consolidado	
Receitas financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Juros recebidos de clientes	24.886	22.288
Descontos recebidos	2.679	3.879
Rendimentos em aplicações financeiras	68.866	74.723
Ajuste de hiperinflação de controlada indireta	-	27.837
Variação cambial ativa	171.570	211.226
Ganho em operações com derivativos	19.532	19.613
Outras receitas financeiras	38.575	44.318
	326.108	403.884
Despesas financeiras		
Juros passivos	(17.258)	(18.735)
Descontos concedidos	(8.371)	(3.100)
Juros sobre financiamentos	(209.265)	(159.378)
Impostos sobre operações financeiras	(738)	(1.787)
Variação cambial passiva	(183.626)	(217.037)
Ajustes de hiperinflação de controlada indireta	(7.576)	-
Perda em operações com derivativos	(44.666)	(1.790)
Despesas bancárias	(4.056)	(5.221)
Outras despesas financeiras	(6.937)	(12.279)
	(482.493)	(419.327)
	(156.385)	(15.443)

23. Imposto sobre o lucro: A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está descrita a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	112.268	264.999
Alíquota fiscal de 34%	(38.171)	(90.100)
- Resultado de equivalência patrimonial	(24.618)	(43.942)
- Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa refer. a exercícios anteriores	-	763
- Ajustes inovação tecnológica	2.414	4.044
- Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa não reconhecido	(62.150)	(10.077)
- Incentivos fiscais de controladas	64.059	47.357
- Outros	5.267	(153)
	(53.199)	(92.108)
Imposto de renda e contrib. social corrente	(66.489)	(81.494)
Imposto de renda e contrib. social diferido	13.290	(10.614)

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se:

	Consolidado	
Ativo diferido	31/12/2025	31/12/2024
Perdas estimadas em aplicações financeiras	5.964	-
Perdas estimadas para litígios	982	574
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	12.723	14.632
Provisão para participação nos lucros	22	62
Provisão para comissões	1.449	1.052
Lucros a realizar em controladas	15.015	19.480
Provisão para fretes	725	1.675
Exigibilidade suspensa sobre obrigações fiscais	26.558	21.923
Provisão para honorários jurídicos	5.593	5.476
Outras provisões	16.501	7.196
Total ativo diferido	85.532	72.070
Passivo diferido		
Custo atribuído ativo imobilizado	(20.312)	(22.316)
Capitalização de juros	(11.355)	(5.190)
Arrendamento mercantil	(1.589)	(1.728)
Depreciação vida útil	(40.996)	(40.076)
Depreciação acelerada - fiscal	(121)	(181)
Imposto diferido sobre a mais valia	(5.446)	(11.664)
Compra vantajosa	(3.679)	(2.085)
Valor justo do imobilizado	(7.698)	(7.841)
Provisão ativo de contrato	(5.620)	(6.857)
Outras provisões	(16.796)	(19.119)
Total passivo diferido	(113.612)	(117.057)
Ativo (passivo) diferido, líquido	(28.080)	(44.987)

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: Classificação dos instrumentos financeiros: A controlada indireta Borrachas Vipal S.A. mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Controlada indireta não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Controlada e suas Controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Gerenciamento de risco: As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco das controladas, sob a administração dos seus diretores e o Conselho de Administração da controlada indireta Borrachas Vipal S.A.. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. Não houve alterações quanto às políticas ou processos em 31 de dezembro de 2025 em relação a 31 de dezembro de 2024. A Controlada indireta possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir: *Risco de crédito*: Decorre da possibilidade de sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Continua »»»

»»» Continuação **APFPAR Participações S.A.** **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024** (Em milhares de reais)

Para mitigar esses riscos, adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Controlada indireta somente realiza operações com instituições financeiras consideradas pela Administração como de baixo risco. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Controlada indireta de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Executiva objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. *Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos:* Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelas controladas indiretas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos das Controladas indiretas. Para mitigar esses riscos, as controladas indiretas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. *Risco de taxa de juros:* Com finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos das Controladas indiretas foram definidos três cenários diferentes. A análise de sensibilidade dos juros utilizou como cenário provável as taxas projetadas pelo Banco Central para o ano seguinte, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa taxa de 25% e 50% respectivamente. *Risco de taxa de câmbio:* Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelas controladas indiretas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o ano de 2025 com perda de 11,14%. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, as controladas indiretas Borrachas Vipal S.A. e Borrachas Vipal Nordeste S.A. tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. As Controladas indiretas avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Abaixo está demonstrada a exposição cambial das Controladas indiretas para operações em moedas estrangeiras:

	31/12/2025	31/12/2024
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	**59.052**	83.717
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos e euros	**(20.895)**	(27.947)
C. Superávit/Déficit apurado (A+B)	**38.157**	55.770

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro Consolidado antes da tributação (e do patrimônio líquido). Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

		Aumento de taxa		Redução de taxa	
Operação	**Cenário Provável**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
Taxa		+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar	5,50	6,88	8,25	4,13	2,75
Superávit apurado	209.958	262.447	314.936	157.468	104.979
Efeito do lucro antes da tributação	-	52.489	104.978	(52.490)	(104.979)

Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade das Controladas diretas e indiretas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa das Controladas diretas e indiretas é monitorado diariamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para ambas. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2025 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 1 ano	**1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Empréstimos	**293.889**	**976.437**	**42.664**	**1.312.990**
Fornecedores	**169.517**	**-**	**-**	**169.517**
	463.406	**976.437**	**42.664**	**1.482.507**

Instrumentos financeiros derivativos: A controlada indireta Borrachas Vipal S.A. avalia constantemente a contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar riscos inerentes à sua operação. Em 2025 e 2024, a Controlada indireta contratou operações de swap, visando a proteção da variação cambial de empréstimos contratado em moeda estrangeira. Abaixo estão apresentados os ganhos e perdas alocados no resultado financeiro, por seu valor justo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

			Consolidado	
Instrumento	**Nocional**	**Vencimento**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Swap cambial	99.725	18/06/2029	**(573)**	9.756
Swap cambial	24.407	15/08/2028	**81**	2.564
Swap cambial	20.000	17/09/2029	**(611)**	(1.790)
Swap cambial	109.000	29/09/2028	**(3.585)**	7.293
Swap cambial	29.608	17/07/2028	**(1.089)**	-
Swap cambial	27.215	16/09/2030	**(453)**	-
Swap cambial	65.550	15/10/2029	**(1.081)**	-
			(7.311)	17.823
Ativo			**81**	19.613
Passivo			**(7.392)**	(1.790)

Gestão de capital: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que as Controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, as Controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Os objetivos das Controladas, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. O passivo consolidado da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	**1.312.990**	1.475.422
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(440.236)**	(540.039)
(-) Aplicações financeiras	**(88.686)**	(131.072)
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP	**7.311**	(17.823)
Dívida líquida (A)	**791.379**	786.488
Total do patrimônio líquido (B)	**1.293.451**	1.602.129
Relação endividamento líquida sobre patrimônio líquido (A/B)	**0,61**	0,49

25. Subvenções governamentais: A controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A. goza de incentivos fiscais descritos abaixo. Desenvolve: O Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 7.980 de 12 de dezembro de 2001, instituiu o programa de desenvolvimento industrial e de integração econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE, o qual foi concedido à Controlada Indireta. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica deduções de vendas e impostos, não sendo mais necessária a constituição de reserva de patrimônio líquido ou a tributação de imposto sobre sua distribuição mediante a medida judicial do processo nº 1017128-66.2019.4.01.3304. Em 2025, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício da Controlada Indireta, foi de R$42.363 (R$106.054 em 2024). A partir de maio de 2025, a controlada indireta passa a não utilizar mais esse incentivo. PROIND: Em maio de 2025, a controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A. migrou do Programa Desenvolve para o Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia – PROIND, regulamentado pelo Decreto n. 18.802/2018 o qual, prevê (i) diferimento do lançamento e do pagamento do imposto nas situações que especifica; e, (ii) concessão de 80% de crédito presumido de ICMS a ser aplicado sobre o saldo devedor de cada período fiscal como redutor do imposto apurado, em relação às operações de saída de pneus de motocicletas, bandas de recapagem para pneus pré-moldados e compostos. A migração foi formalizada por meio da Resolução n. 069/2025, editada pelo Conselho Deliberativo do PROBAHIA, com prazo de vigência de 01/05/2025 até 30/11/2030. Aplica-se ao programa PROIND, o piso anual fixo de R$29.886 corrigido pelo índice do IPCA e, caso a Companhia não atinja o valor do piso, terá que complementar o mesmo até 31 de janeiro do ano seguinte. A controlada indireta não constituirá reserva de incentivo fiscal para o crédito presumido de ICMS PROIND, uma vez que, possui decisão liminar pela não incidência do IRPJ e CSLL. O Conselho Deliberativo do Desenvolve editou a Resolução n. 051/2025 para o efeito de revogar a Resolução n. 168/2018 que outorgava os benefícios do Desenvolve/BA. Desta forma, a Controlada indireta passa a utilizar os benefícios fiscais do PROIND e o montante total relativo a este incentivo, registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi de R$92.342. Lucro da exploração: Com fundamento no art.32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, em 18 de agosto de 2009, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII do art.6º do Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, aprovou o Laudo Constitutivo nº 0093/2009, concedendo o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis à controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A., calculado com base no Lucro da Exploração, concedendo um prazo de vigência de 10 anos, com início no ano calendário de 2009, com término previsto para o ano calendário de 2018. No ano de 2024, a Controlada Indireta obteve a nova renovação do direito da redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração, conforme Laudo Constitutivo nº 0039/2024, expedido pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. A renovação é válida até dezembro de 2033. Os valores apurados a título de incentivo estão registrados por competência no resultado do exercício da controlada indireta, e, posteriormente, destinados para a conta de reserva de lucros (reserva de incentivo fiscal) no patrimônio líquido. Em 2025, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício da controlada indireta, foi de R$54.916 (R$43.319 em 2024). Incentivo de reinvestimento: Conforme o Art. 27 da Portaria nº 283/2013 do Ministério de Integração Nacional, as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação nas áreas da SUDENE possuem benefício para reinvestimento de 30% do imposto de renda devido em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2028. Em 2025, não houve aproveitamento deste incentivo registrado no resultado do período na Controlada indireta (R$2.246 em 2024).

26. Participação em sociedade controlada em conjunto (*Joint Venture*): A controlada Paludo Participações S.A. possui participação acionária de 49% na FATE S.A.I.C.I. e 51% na FATE Pneus do Brasil S.A., sendo elas *joint ventures* que se dedicam a fabricação e comercialização de pneus, respectivamente. A composição dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, bem como das receitas e despesas, das entidades controladas em conjunto é a seguinte:

	FATE S.A.I.C.I.		FATE Pneus Brasil S.A.	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativo circulante	**391.241**	951.691	**15.309**	16.666
Ativo não circulante	**545.846**	649.759	**14.458**	14.939
Passivo circulante	**200.665**	456.735	**397**	387
Passivo não circulante	**70.113**	119.402	**8.395**	8.395
Patrimônio líquido	**666.309**	1.025.313	**20.975**	22.823
Receita líquida	**832.932**	1.921.045	**4.368**	7.790
Custo dos produtos vendidos	**(613.163)**	(1.359.462)	**(3.556)**	(7.232)
Receitas e despesas operacionais	**(432.323)**	(905.617)	**(2.659)**	(3.199)
Impostos sobre lucro	**66.712**	83.983	**(1)**	(1.034)
Prejuízo do exercício	**(145.842)**	(260.051)	**(1.848)**	(3.675)

27. Cobertura de seguros: As Controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e de responsabilidade civil.

Risco	**Limite 2025**
Incêndio e riscos diversos	**1.487.539**
Lucros cessantes	**237.375**
Responsabilidade civil administradores	**50.000**
Responsabilidade civil geral	**10.000**

28. Eventos subsequentes: Em 19 de novembro de 2025, a controlada indireta Borrachas Vipal S.A. assinou dois contratos de financiamento no montante de R$199.676, com taxa de juros de 3,50% a 4,10% a.a., e, prazo de pagamento de 5 anos. A disponibilização dos recursos ocorreu em parcela única na data de 23 de janeiro de 2026. Em 18 de fevereiro de 2026, a Administração da coligada indireta FATE S.A.I.C.I., localizada na Argentina, comunicou ao mercado o encerramento das atividades de fabricação de pneumáticos em sua planta industrial. Nesta data, os efeitos desse evento não são passíveis de mensuração e não gerou ajustes nos saldos contábeis de 31 de dezembro de 2025.

ARLINDO PALUDO Diretor Presidente — **CLEUSA VENDRAMIN TELLES** Contadora - CRC-RS 072781/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **APFPAR Participações S.A.** Porto Alegre - RS

Opinião com Ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **APFPAR Participações S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo a seguir intitulado "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **APFPAR Participações S.A.,** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Investimentos: Os valores dos investimentos da Fate S.A.I.C.I., classificados na controlada Paludo Participações S.A., não foram convertidos para atendimento da totalidade das práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB), cujos efeitos nos Investimentos, Resultado do Exercício e, por consequência no Patrimônio Líquido, não foram possíveis quantificar. As demonstrações financeiras da coligada indireta Fate S.A.I.C.I., foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers – PwC, de acordo com as práticas contábeis adotadas na Argentina, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2025, sem modificação de opinião, considerando que os encerramentos dos exercícios são diferentes do Brasil. O período de julho a dezembro de 2025 não foi auditado até a presenta data. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ênfase: Chamamos a atenção para as informações divulgadas na nota explicativa "28 – Eventos subsequentes", na qual consta a informação que a coligada indireta FATE S.A.I.C.I, localizada na Argentina, comunicou ao mercado o encerramento das atividades de fabricação de pneumáticos em sua planta industrial. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os eventuais efeitos desse evento não são passíveis de mensuração e/ou reconhecimento nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor: A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 27 de abril de 2026.

MÜLLER&PREI

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR nº 006472/O–1
GEORGE ANGNES - Contador - CRC/PR 42667/O-1
MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR nº 006472/O–1
FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR - Contador CRC/PR n° 053251/O-8 T/RS S/PR

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA

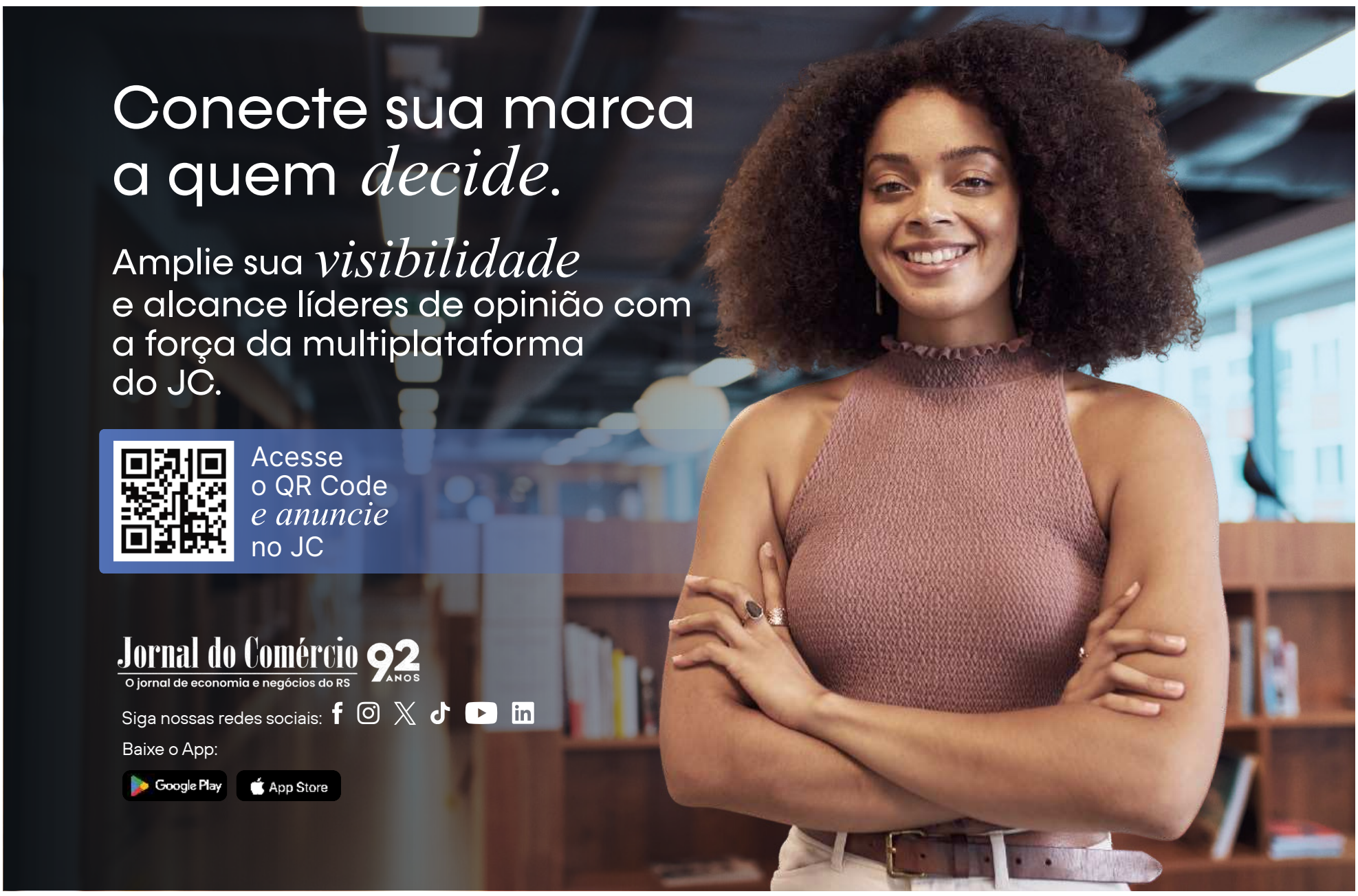
CNPJ/MF nº: 93.015.006/0001-13 | NIRE: 43.300.016.030

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas desta Companhia convocados a comparecer à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de novembro de 2026, em primeira convocação às 15h30 e, em segunda convocação às 16h, na sede social localizada na Av. Plínio Brasil Milano, nº 1.000, 4º andar, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a ratificação da distribuição antecipada de dividendos referentes ao exercício social de 2025; e c) Eleição da Diretoria.

Porto Alegre, 28 de abril de 2026.

Claudio Zaffari - Diretor Superintendente **Ivo José Zaffari -** Diretor Superintendente



PUBLICIDADE LEGAL

FRAZARI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ/MF nº: 89.863.989/0001-70 | NIRE: 43.200.078.041

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Sócios desta Sociedade convocados a comparecer à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 25 de novembro de 2026, em primeira convocação às 16h30 e, em segunda convocação, às 17h, na Av. Plínio Brasil Milano, nº 1.000, 4º andar, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a ratificação da distribuição antecipada de lucros referentes ao exercício social de 2025; e c) Eleição da Diretoria.

Porto Alegre, 28 de abril de 2026.

Claudio Zaffari - Diretor Superintendente **Ivo José Zaffari -** Diretor Superintendente

CONTAB
JC CONTABILIDADE

A contabilidade como
ferramenta estratégica
na gestão empresarial.

Assine o Jornal do Comércio, tenha acesso ao JC Contabilidade e acompanhe análises e informações que impactam o seu negócio.

JC Contabilidade. Toda quarta-feira, no Jornal do Comércio.

Assine o JC

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

SLC PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 90.522.921/0001-07 - NIRE 43300028283
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Convocação

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na sede social na Avenida Dr. Nilo Peçanha, 2900, 14º andar, em Porto Alegre - RS, no dia 11 de maio de 2026, às 08h00min, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

Porto Alegre - RS, 28 de abril de 2026.
Eduardo Silva Logemann - Diretor-Presidente

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

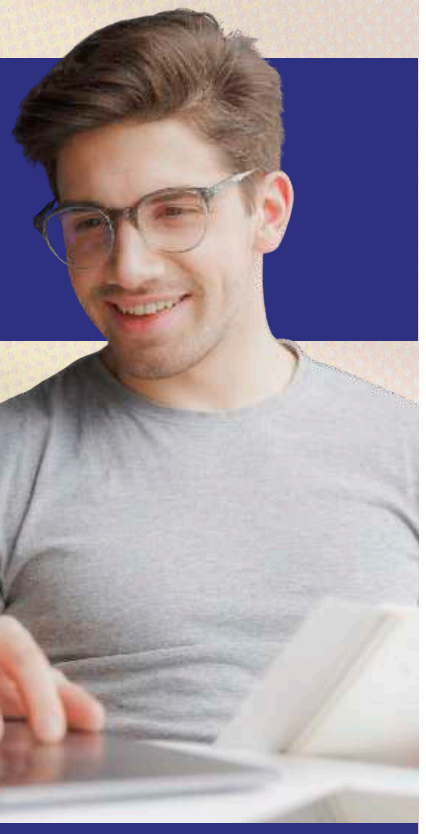
PUBLICIDADE LEGAL
TEM DATA E LOCAL CERTO
PARA SER PUBLICADA

// Tradição
// Credibilidade
// Tecnologia

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso.

Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.

Acesse o QR Code *e anuncie* no JC



Siga nossas redes sociais:

Baixe o App: Google Play App Store